

ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2008

**Sugestões para Construção de
Programas de Governo e Debates
com os Candidatos a Prefeito e
Vereador nos Municípios**

Agosto 2008



**POR UM
SERTÃO JUSTO**

ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2008

Sugestões para Construção de Programas de Governo e Debates com os Candidatos a Prefeito e Vereador nos Municípios

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	2
UM PASSO IMPORTANTE: CONHECER OS CANDIDATOS, SEUS PROGRAMAS, E SUA HISTÓRIA.....	3
OUTRO PASSO: DEBATER COM OS CANDIDATOS PARA VER A DIFERENÇA ENTRE ELES E DESCOBRIR O MELHOR.	4
ALGUMAS DICAS E EXEMPLOS DE ELEMENTOS PARA UM DEBATE E REIVINDICAÇÃO AOS CANDIDATOS	5
1. NO CAMPO DA EDUCAÇÃO	5
2. NO CAMPO DA ÁGUA E SEGURANÇA ALIMENTAR.....	5
3. NO CAMPO DA AGRICULTURA FAMILIAR E CONVIVENCIA COM O SEMI-ÁRIDO	6
4. NO CAMPO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	6
5. NO CAMPO DE JUVENTUDE	8
6. NO CAMPO DE GÊNERO.....	9
7. NO CAMPO DAS POLITICAS TERRITORIAIS.....	11
8. NO CAMPO DA COMUNICAÇÃO	11
CONCLUSÃO	11

INTRODUÇÃO

Estamos em plena campanha para as eleições municipais e é sempre bom refletir como podemos encaminhar este momento, de sorte a fortalecer o desenvolvimento e o mundo que queremos: mais justo, mais humano, com lugar para todos.

É neste sentido que, resgatando os debates que já fizemos sobre o assunto, colocamos a seguir algumas idéias e sugestões, debatidas no encontro sobre este assunto que tivemos em maio deste ano, aqui em Feira de Santana.

Nossa intenção ao produzir este documento, que nada mais é que a síntese dos debates que fizemos, o MOC e os Movimentos sobre o assunto, não é ter uma cartilha obrigatória para ser seguida. Antes de mais nada é oferecer aos grupos, às pessoas, aos movimentos e organizações um instrumento de trabalho que nos ajude a escolher melhor os candidatos.

Todos sabem que se escolhermos bem, temos a chance de ver nossas comunidades progredirem e as pessoas terem seus direitos respeitados e uma vida melhor. Se escolhermos mal, utilizamos a serviço da destruição a arma que é o nosso voto.

Estas, no entanto, são apenas algumas idéias. Com certeza existem outras, tão boas ou melhores que estas.

Exerça sua cidadania. Escolha bem.

A Equipe do MOC.

UM PASSO IMPORTANTE: CONHECER OS CANDIDATOS, SEUS PROGRAMAS, E SUA HISTÓRIA

- I – Inicialmente ter muito claro que os trabalhos sociais e políticos que fazemos não têm o sentido e o objetivo de eleger esta ou aquela pessoa. Tudo que fazemos enquanto MOC, Pólos, Sindicatos, Coletivos, Movimentos, é buscando e respeitando o direito das pessoas e não como moeda de troca de votos.
- II – Em segundo lugar, fazer tudo para que as pessoas, as comunidades e grupos com os quais trabalhamos assim como a comunidade como um todo conheçam:
 - a) A história dos candidatos (a que partido estão filiados, o que sempre fizeram, o que apoiaram e com que se comprometeram na sua vida política ou sua vida profissional);
 - b) A história dos partidos a que as pessoas estão filiadas. Por exemplo: Se queremos a reforma agrária, como votar num candidato filiado a um partido que não tem como bandeira a reforma agrária?
 - c) Os reais compromissos dos candidatos e dos partidos a que eles estão filiados, para a gestão municipal a partir de 2009 (conhecer o Programa do Candidato, para poder conhecê-lo melhor e poder debater melhor);
 - d) Se o candidato já desempenhou cargos eletivos (prefeito, vereador ou outros) qual foi o compromisso dele com nossas propostas? O que ele realmente fez?

OUTRO PASSO: DEBATER COM OS CANDIDATOS PARA VER A DIFERENÇA ENTRE ELES E DESCOBRIR O MELHOR.

Para conhecer melhor os candidatos e seus programas é muito importante que em cada município se promovam debates com os todos os candidatos a prefeito e, se possível, ao menos com alguns candidatos a vereador. Para esses debates é importante o seguinte:

- I – Articule o debate com várias organizações de seu município. Fazer isso apenas com a sua organização não demonstra a força que o Movimento popular tem no seu município. Fazer articulado mostra força e isso é importante.
- II – Prepare o debate antes, estudando as perguntas, as propostas e as questões que o Movimento quer que cada candidato explicite. Improvisar nesta hora é muito perigoso. Os candidatos têm assessorias, estudos, programas e estão ou devem estar preparados. Não devemos ir improvisar com eles.
- III – Preparando o debate é importante que os movimentos tenham uma pauta de propostas políticas a serem desenvolvidas pelos municípios. Pauta construída em comum por todos os movimentos. E com coisas concretas, possíveis e da competência dos municípios.
- IV – Para preparar o debate, por exemplo, é importante levar em conta o seguinte:
 - a) Nas políticas, há coisas de competência da União, outras de competência do Estado e outras de competência do município. Na preparação da lista de demandas dos municípios e debates com os candidatos é fundamental que a gente não misture essas competências. Por exemplo: solicitar reforma agrária dos candidatos a Prefeitos é perder tempo. Os candidatos podem até dizer que se comprometem, porque nesta hora tudo vale. Mas não é da competência deles. A Prefeitura não faz reforma agrária. O que se pode solicitar, isso sim, é assistência técnica para os assentamentos. Isso a Prefeitura pode e deve fazer.
 - b) Uma idéia para a gente debater e fazer nossas propostas é verificar de nossas ações o que é de responsabilidade do município e ir trabalhando por aí.

ALGUMAS DICAS E EXEMPLOS DE ELEMENTOS PARA UM DEBATE E REIVINDICAÇÃO AOS CANDIDATOS

1. NO CAMPO DA EDUCAÇÃO

- a) Implementação da educação do campo no município, numa linha de respeito à identidade do campo e dos camponeses e tendo a educação como instrumento de desenvolvimento das comunidades e do município, com dotação específica no orçamento;
- b) Formação de professores, com dotação específica no orçamento.
- c) Implementação no município da experiência do Baú de Leitura como política de leitura, com dotação específica no orçamento.
- d) Introdução nos currículos de disciplinas relacionadas com a agricultura familiar e a agroecologia.
- e) Implementação gradativa da educação integral no Município.
- f) Aquisição, para a alimentação escolar, de produtos da agricultura familiar e não apenas produtos industrializados.
- g) Dotar as escolas de equipamentos básicos que garantam a aprendizagem de processos da agricultura familiar e água de qualidade para o consumo das crianças. Cisternas para captação de água das chuvas para consumo humano e filtros em quantidade suficiente.
- h) Dotar as escolas de locais adequados de armazenamento dos produtos destinados a alimentação escolar das crianças.
- i) Apoiar com qualidade as Jornadas Ampliadas do PETI (espaço, transporte, material escolar etc).
- j) Incentivar o funcionamento dos Conselhos Municipais de Educação com participação da sociedade civil e funcionamento de forma deliberativa;

2. NO CAMPO DA ÁGUA E SEGURANÇA ALIMENTAR

- a) Construção elaboração de uma política de água e saneamento para o município, onde se incluam: cisternas de consumo humano, fossas sépticas, saneamento, com dotação orçamentária específica.

- b) Dotação orçamentária específica em cada ano da gestão de recursos para construção de cisternas de captação de água na área rural e de cisternas de produção.
- c) Ampliação e/ou implementação no município de sistemas de barragens subterrâneas, para produção de alimentos.
- d) Inserir nos currículos das escolas conteúdos relativos à Segurança Alimentar e Nutricional.
- e) Criar, por legislação específica, o Sistema Municipal de segurança Alimentar e Nutricional, enfatizando-se o CONSEA Municipal, tendo como parâmetros da relação sociedade civil e poder público o estabelecido no CONSEA Nacional e no CONSEA Estadual: 2/3 sociedade civil e 1/3 poder público.
- f) Dotar os pequenos aglomerados rurais de sistemas de água e esgoto.

3. NO CAMPO DA AGRICULTURA FAMILIAR E CONVIVENCIA COM O SEMI-ÁRIDO

- a) Construir, junto com outros parceiros que já atuam no município, um sistema de assistência técnica para os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas e outros, para garantir a viabilidade econômica e social destes sujeitos.
- b) Apoiar, com a implementação de pequenas agroindústrias familiares e comunitárias, a comercialização no município, dos produtos da agricultura familiar, inclusive apresentando projetos para tal junto ao Governo Federal.
- c) Inserir-se no processo existente na região, de assistência técnica através de jovens oriundos das próprias comunidades.
- d) Criação do Sistema de Inspeção Municipal, dando ênfase aos produtos da Agricultura Familiar.

4. NO CAMPO DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) completa 18 anos em 2008. É a mais importante das leis de garantia e proteção de cada uma das crianças e adolescentes brasileiros.

Não garantir os direitos de meninos e meninas é desrespeitar a lei. Nas eleições de outubro próximo, os candidatos e as candidatas às Prefeituras e Câmaras Municipais têm uma oportunidade especial para colocar a criança e o

adolescente no centro da administração municipal. É fundamental fortalecer os preceitos do Estatuto e o cumprimento da determinação contida no artigo 227 da nossa Constituição, segundo o qual a criança e o adolescente são prioridade absoluta para a família, a sociedade e o Estado.

Seguindo as orientações do Grupo dos 18 anos do ECA, que reúne órgãos governamentais, organismos internacionais e a sociedade civil articulada em rede, sugerimos os seguintes compromissos para os/candidatos/as:

- a) Assegurar recursos no Orçamento Municipal para as políticas públicas voltadas à infância e adolescência, através da criação de normas que fixem percentuais mínimos de execução orçamentária. Além de propor critérios que viabilizem a transparência e a participação da sociedade civil e das próprias crianças e adolescentes na discussão, elaboração e execução do Orçamento.
- b) Propiciar condições para que a família ofereça ambientes pacíficos, seguros e adequados ao desenvolvimento integral de seus filhos e se fortaleça como Família que Protege, através da implementação de políticas públicas integradas de apoio às famílias e fortalecimento do ambiente familiar, oferecendo atividades, apoio no que for necessário e formação para que os pais e/ou responsáveis pelas crianças e adolescentes estejam mais bem preparados para administrar os diferentes conflitos dentro de casa.
- c) Assegurar a convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes apoiando suas famílias e suas comunidades com políticas, programas e serviços, viabilizando políticas públicas de planejamento familiar e assistência psicossocial aos grupos vulneráveis, como, por exemplo, pessoas com dependência química e alcoolismo. Promover a geração de emprego e renda para os adultos, oferecendo condições necessárias para evitar o afastamento de crianças e adolescentes de suas famílias.
- d) Prevenir, combater e erradicar do município o trabalho infantil em todas as suas formas, buscando mapear a situação no município, identificando crianças e adolescentes explorados. Investir na criação de uma rede de Educação Integral Inclusiva, implementando, no turno complementar ao das aulas formais, atividades educacionais, esportivas e culturais. Oferecer programas de geração de emprego e renda para os adultos das famílias.
- e) Desenvolver políticas específicas para ampliar as oportunidades de participação e reduzir a vulnerabilidade dos adolescentes, através da implementação de políticas públicas de qualificação e geração de emprego e renda, oferecendo cursos profissionalizantes articulados com a conclusão do ensino fundamental e o acesso ao ensino médio, sintonizados com o mundo de trabalho da região, preparando os adolescentes para o primeiro emprego, o empreendedorismo e a sua realização profissional.
- f) Assegurar a participação de crianças e adolescentes nas decisões políticas do município, incentivando meninos e meninas a estarem presentes nos

Conselhos de Direitos criando um espaço específico de escuta e participação. Promovendo atividades que facilitem sua participação na elaboração do Orçamento Municipal. Criar Ouvidoria na cidade, coordenada por adolescentes, cuja missão será receber as sugestões de meninos e meninas.

- g) Assegurar a municipalização da execução das medidas socioeducativas em meio aberto (liberdade assistida, semi-liberdade e prestação de serviços à comunidade), de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Sinase (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo), criando um programa municipal, pela administração direta ou em parceria, com ações inter setoriais e construindo retaguarda de atendimento dos adolescentes em conflito com a lei e egressos da internação, visando envolver a comunidade e oferecendo-lhes alternativas concretas para a construção de um novo projeto de vida, baseado em valores como a cidadania, a ética, o respeito, a honestidade e a solidariedade.
- h) Promover a igualdade social com ações que valorizem a diversidade de raça, etnia, gênero, orientação sexual e manifestação religiosa e estratégias de inclusão das pessoas com deficiência, através de atividades educacionais e culturais que valorizem a diversidade e garantindo a acessibilidade arquitetônica e preparando a rede de ensino para a inclusão das pessoas com deficiência.

5. NO CAMPO DE JUVENTUDE

No que se refere a juventude há dois caminhos importantes a trilhar. De um lado a ampliação do acesso aos direitos e às oportunidades que promovam o desenvolvimento de capacidades e habilidades dos jovens, enquanto sujeitos de políticas públicas, e, doutro, a construção de um desenho institucional que priorize a gestão e o controle social da política pública de juventude.

No que se refere ao acesso aos direitos e oportunidades dos jovens enquanto sujeitos públicos::

- i) Apoiar as iniciativas populares e comunitárias de cursos pré-vestibulares e preparatórios para jovens, em especial, os oriundos de famílias de baixa renda, localizados na zona rural e afro-descendentes;
- j) Destinar apoio para deslocamento de transporte e bolsa-estudo aos jovens de baixa renda, da zona rural e afro-descendentes que ingressam no ensino superior, estabelecendo como contrapartida a atuação dos mesmos no município dentro de suas respectivas áreas de formação;
- k) Ampliar o acesso dos jovens às oportunidades de qualificação técnico-profissional através da implantação de programas governamentais de apoio à juventude, a exemplo do Projovem, Escola de Fábrica, Juventude Cidadã etc.;

- l) Promover campanhas e ações educativas de orientação à prevenção de DST/ AIDS e gravidez indesejada nas escolas e nas comunidades rurais e ampliar o acesso a métodos preventivos e contraceptivos nos PSF's;
- m) Ampliar o acesso dos jovens a assistência técnica e às oportunidades de crédito para apoio às iniciativas juvenis de empreendedorismo econômico e artístico-cultural.

No que se refere ao desenho institucional:

- a) Criar o Conselho Municipal de Juventude, envolvendo amplamente os movimentos e organizações juvenis e da sociedade civil organizada, como espaço político-institucional de formulação e controle social das políticas públicas locais para a população jovem;
- b) Criar departamento ou coordenadoria de juventude, no âmbito da Secretaria de Assistência Social, enquanto órgão gestor da política pública local de juventude (embora o Coletivo de Retiroândia já aponte a necessidade de uma secretaria municipal de juventude, pelo fato de já existir esse órgão).

6. NO CAMPO DE GÊNERO

Garantir às mulheres e suas famílias acesso aos serviços públicos, gratuitos e de qualidade por meio de:

Na linha de saúde:

- c) Assistência médica nos PSF das comunidades rurais, inclusive com atendimento ginecológico para as mulheres;
- d) Realização de planejamento familiar nos postos de saúde, envolvendo as mulheres e seus companheiros;
- e) Distribuição de remédios gratuitos na Farmácia Popular;
- f) Divulgação e ampliação do PAISM (Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher) nos municípios;
- g) Implantação de serviços de maternidade nos municípios e incentivo aos partos normais;
- h) Serviço de pré-natal e incentivo ao aleitamento materno;
- i) Promoção de campanhas de prevenção ao câncer uterino e mamário (que atingem as mulheres com maior frequência).

Na linha educacional:

- a) Implantar o sistema de creches e de educação infantil, bem como de educação em tempo integral nas escolas / comunidades rurais;

- b) Promover em parceria com as demais instâncias de governo, programas de alfabetização e ou elevação da escolaridade para mulheres agricultoras e produtoras;
- c) Construir nas escolas públicas uma proposta curricular que contemple a dimensão de gênero como eixo transversal, considerando a necessidade da formação dos/as professores/as e do papel da escola na superação da desigualdade de gênero.

Na linha de geração de renda:

- a) Apoiar a formação de grupos de produção de mulheres, a partir do interesse, do saber e da cultura local;
- b) Fortalecer a estrutura dos grupos de produção existentes, com vistas ao fortalecimento da agricultura familiar e garantia de espaços de comercialização na feira livre;
- c) Apoiar a realização de Feiras Municipais da Agricultura Familiar e Economia Solidária com vista ao fomento dos empreendimentos locais;
- d) Garantir a inclusão de produtos da agricultura familiar na alimentação escolar do município, na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional;

Na linha de segurança

- a) Implantar e garantir condições de funcionamento do Conselho Comunitário de Segurança Pública;
- b) Criar organismos (secretarias, conselhos, departamentos e DEAMs (para municípios com mais de 50.000 habitantes)) municipais que cuide da articulação das políticas públicas de interesse das mulheres;
- c) Promover campanhas de divulgação da Lei Maria da Penha nos órgãos públicos, para o enfrentamento à violência contra a mulher.

Na linha de segurança, documentação e outros:

- a) Apoiar a campanha de documentação civil da trabalhadora rural, promovida pelo Governo Federal;
- b) Garantir a inserção das mulheres provedoras do lar nos programas habitacionais em parceria com os governos estadual e federal;
- c) Garantir o acesso das mulheres e suas famílias aos recursos hídricos por meio da tecnologia de captação e armazenamento da água das chuvas para consumo humano e produção.

7. NO CAMPO DAS POLITICAS TERRITORIAIS

- a) Articular as políticas públicas municipais com as ações de desenvolvimento territorial.
- b) Participação nas instâncias dos Territórios assumindo e executando as políticas, programas e projetos definidos coletivamente (muitos projetos não são executados por conta dos gestores municipais não assumirem os mesmos e serem devolvidos).

8. NO CAMPO DA COMUNICAÇÃO

- a) Implementar de forma integrada e articulada a estruturação tecnológica das escolas públicas municipais e a formação de professores e alunos em educomunicação;
- b) Criação de conselhos municipais de comunicação e cultura com poder deliberativo sobre os investimentos públicos nesses setores e responsáveis pela elaboração e fiscalização de políticas públicas municipais, com composição de 2/3 sociedade civil e 1/3 poder público.;
- c) Criar pontos de acesso público a internet mantidos pela prefeitura.

CONCLUSÃO

Aproveite este documento. Complete-o. Critique-o. Faça dele um instrumento de luta para uma eleição mais consciente, mais transparente, mais respeitadora dos direitos.

Assim, também, vamos estar lutando e efetivamente transformando para melhor o mundo em que vivemos.